A PERÍCIA COMO ELEMENTO DE CONVICÇÃO MOTIVADORA NA DECISÃO JUDICIAL NO PROCESSO PENAL

Ginier Roberto da Silva¹
Mônica Geralda Palhares²
Eder karlo Reis³

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a perícia criminal como um elemento fundamental para a formação da convicção judicial no processo penal, garantindo o exercício do contraditório e da ampla defesa. Busca-se compreender a perícia como um mecanismo que assegura a produção de provas lícitas e objetivas, capazes de influenciar significativamente as decisões judiciais. Uma pesquisa, realizada por meio de uma revisão bibliográfica quantitativa, demonstra que a perícia, ao fornecer provas materiais e científicas, contribui para a imparcialidade da justiça. No entanto, a aplicação de conceitos de gestão em uma área tão especializada como a perícia criminal apresenta desafios e oportunidades. Sendo assim, conclui-se que as provas periciais são indispensáveis no processo penal, uma vez que auxiliam na reconstrução dos fatos e na garantia dos direitos fundamentais. A ciência forense, por meio de suas diversas técnicas e metodologias, oferece subsídios para a tomada de decisões mais justas e eficientes.

Palavras-chave: perícia criminal, provas periciais, contraditório, ampla defesa.

INTRODUÇÃO

O presente estudo sobre a perícia tem como objetivo identificar e esclarecer sua importância como elemento fundamental para a formação da convicção do julgador em processos criminais, contribuindo para a eficácia e a justiça, sempre respeitando o contraditório e a ampla defesa.

A pesquisa é relevante porque a prova pericial constitui um marco de registro da presença do contraditório no processo, além de ser essencial para a realização da justiça. As provas periciais, baseadas em fatos científicos, são evidências importantíssimas para dirimir controvérsias técnicas entre as partes envolvidas, agilizando a resolução das alegações. Observa-se que a perícia, com todas as suas técnicas e provas, contribui para a redução da subjetividade e da insegurança jurídicas.

1. UNIPTAN, Direito aluno, e-mail :giniersilva@gmail.com
2. UNIPTAN, Direito,aluno, e-mail: palharesenator@gmail.com
3. UNIPTAN,Direito , professor orientador, e-mail eder.reis@uniptan.edu.br

A metodologia empregada neste estudo, baseada em levantamentos bibliográficos, foi essencial para alcançar os objetivos propostos, como: reconhecer a perícia como mecanismo de respeito ao contraditório e à ampla defesa, verificar a perícia como prova lícita e modificadora da decisão judicial; e identificar as provas periciais como elementos norteadores nas decisões processuais, ou seja, elementos de convicção motivadora na decisão do processo penal.

Acredita-se que este estudo possa gerar conhecimento relevante para o aprimoramento da justiça, garantindo a confiabilidade, a validade e a relevância dos resultados obtidos."

Observa-se que a perícia com todas as suas técnicas aplicadas e provas, contribui para redução da subjetividade e insegurança jurídicas que se possa ocorrer.

Um estudo que possa gerar conhecimento com o potencial relevante, para o aprimoramento da justiça. pois garante a confiabilidade, validade e relevância dos resultados obtidos

1 HISTÓRIA

A perícia encontra-se guardada no art. 158 do Código de Processo Penal (CPP) que diz "Que quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado".

Sendo assim no Brasil verificou que a evolução da perícia em sua história acompanha a evolução do sistema jurídico como podemos registrar através do CPP, em seus artigos 134 e 135 , o perito :

Art. 134: "Formar-se-ha auto de corpo de delicto, quando este deixa vestígios que podem ser ocularmente examinados; não existindo porém vestígios, formar-se-ha o dito auto por duas testemunhas, que deponham da existência do facto, e suas circunstâncias"

.Art. 135:"Este exame será feito por peritos, que tenham conhecimentos do objeto, e na sua falta por pessoas de bom senso, nomeados pelo Juiz de Paz, e por elle juramentadas, para examinarem e descreverem com verdade quanto observarem; e avaliarem o damno resultante do delicto; salvo qualquer juízo definitivo a este respeito"observarem; e avaliarem o damno resultante do delicto; salvo qualquer juízo definitivo a este respeito"

Oliveira Neto (1998) relata que, no Brasil, a perícia judicial foi introduzida pelo Código de Processo Civil de 1939, em seus artigos 208 e 254. Esses artigos regulamentam a perícia como prova admissível para fatos que exigem conhecimento especializado.

Desde a antiguidade, há indícios da prática pericial. O líder, por exemplo, muitas vezes desempenhava o papel de juiz, legislador e executor. Na Índia, registros apontam para a figura do árbitro, escolhido pelas partes para atuar como perito e juiz simultaneamente.(Alberto, 2002)

Na Grécia e no Egito, a criação de instituições jurídicas já evidenciava a busca por conhecimentos especializados.(Borges, 2011)

A figura do perito, embora inicialmente associada à do árbitro, foi definida no Direito Romano primitivo. Nessa época, o laudo pericial equivalia à sentença. Após a Idade Média, com o desenvolvimento do Direito, a figura do perito se tornou independente da do árbitro.(Dorea, 2010)

Alberto (2002) afirma que, a partir do século XVII, a figura do perito se consolidou como auxiliar da justiça, surgindo também a figura do perito extrajudicial. Essa distinção permitiu a especialização do trabalho judicial.

A lei, portanto, atribuiu aos juízes o direito de recorrer a profissionais altamente qualificados – os peritos – para auxiliar na busca pela verdade dos fatos, conforme Silva (1988).

Oliveira Neto (2012) argumenta que os conflitos jurídicos, especialmente nas áreas de engenharia, medicina e contabilidade, exigem conhecimentos técnicos específicos. Diante dessa complexidade, o juiz deve contar com a colaboração de profissionais habilitados para analisar os fatos sob um viés técnico. Para tanto, nomeia um perito de sua confiança, considerando suas qualificações pessoais e profissionais.

França (1977) destaca que, à medida que a sofisticação das práticas ilícitas aumenta, a necessidade de utilizar a técnica e a ciência na produção de provas se torna cada vez mais evidente. A perícia tem como objetivo fornecer informações objetivas sobre os elementos constitutivos do corpo de delito e, se possível, identificar a autoria do crime.

Não há outra forma de analisar retrospectivamente um fato marcado por vestígios senão por meio do conjunto probatório. A missão da perícia é informar.

No Brasil, a evolução da perícia, especialmente após a criação do Instituto de Criminalística na década de 1940, é notável. A Lei nº 12.030/2009, por sua vez, dispõe sobre as perícias oficiais e define as categorias de peritos criminais: peritos criminais, peritos médico-legistas e peritos odontologistas.

2 CONCEITO E ASPECTOS NORMATIVOS

A perícia, enquanto procedimento técnico-científico, desempenha um papel fundamental no sistema jurídico contemporâneo. Ao fornecer subsídios especializados para a elucidação de fatos complexos, a perícia auxilia o julgador a tomar decisões mais justas e fundamentadas então, verifica-se que para Nucci (2006) a perícia é um instrumento fundamental no processo penal, pois permite a análise de elementos probatórios por meio de conhecimentos técnicos especializados, contribuindo para a formação da convicção do juiz.

Já para Capez (2012) a perícia sendo um termo originário do latim *peritia* (habilidade especial) um instrumento fundamental no processo judicial, pois permite a análise de questões técnicas por meio de um exame realizado por um especialista. Dessa forma, a perícia contribui para a elucidação dos fatos e a tomada de decisões mais justas.

Outro conceito seria segundo Manzano (2011) que define a perícia como um método de prova técnico ou científico que busca obter informações relevantes para a elucidação de fatos, por meio de um exame especializado em pessoas ou objetos. O perito, ao final de sua análise, elabora um laudo pericial, documento que contém suas conclusões e serve como base para a decisão judicial. O autor destaca que a perícia passa por fases específicas, como a admissão e a assunção, que integram o procedimento probatório.

A legislação processual, tanto civil quanto penal, consagra a perícia como meio de prova, estabelecendo normas e procedimentos específicos para sua realização. O Código de Processo Civil (CPC), por exemplo, no artigo 464 e seguintes, dispõe sobre a nomeação do perito, a elaboração do laudo pericial e os recursos cabíveis. Já o Código

de Processo Penal (CPP), nos artigos 158 a 182, trata da perícia criminal, abordando desde a coleta de provas até a emissão do laudo. (Nery Júnior, 2021)

A perícia criminal é um instrumento essencial para a elucidação de crimes e possui um amparo legal sólido no ordenamento jurídico brasileiro. Os artigos 159 a 167 do Código de Processo Penal (CPP) constituem o arcabouço normativo que regulamenta a realização dos exames periciais, estabelecendo procedimentos que garantem a imparcialidade, a qualidade e a eficácia das perícias, contribuindo para a correta aplicação da justiça.

A Lei nº 12.030/2009 dispõe sobre as perícias oficiais de natureza criminal, estabelecendo normas gerais para a sua realização. Essa lei trouxe importantes avanços para a área, como :1 Autonomia técnica, científica e funcional; 2 Garantia da autonomia dos peritos no exercício de suas funções.3 Concurso público; 4 Estabelece a exigência de concurso público para o provimento dos cargos de perito oficial.5 Formação acadêmica específica.6 Determina que os peritos devem possuir formação acadêmica específica na área de atuação.

Além do Código de Processo Penal e da Lei nº 12.030/2009, outras leis podem conter disposições específicas sobre a perícia criminal, dependendo da natureza do crime investigado. Por exemplo, a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998) prevê a realização de perícias ambientais em casos de crimes contra o meio ambiente.

3 PERITO

O perito é o profissional qualificado responsável por realizar a perícia e emitir o laudo pericial. O laudo é um documento técnico que apresenta as conclusões sobre o fato examinado, servindo como prova no processo judicial.

A perícia pode ser classificada em criminal e civil. A perícia criminal tem como objetivo auxiliar na apuração de crimes, enquanto a perícia civil visa esclarecer fatos em processos não criminais.

A perícia realiza estudos minuciosos, exames e análises para identificar os fatos ocorridos e seus responsáveis, abrangendo diversas áreas do conhecimento, possuindo tipos e princípios inerentes

4 PRINCIPIOLOGIA

A perícia criminal, como instrumento fundamental para a elucidação dos fatos em processos penais, pauta-se em princípios que garantem a sua imparcialidade e a credibilidade dos resultados. Entre esses princípios, destacam-se a independência e a publicidade, os quais, embora não estejam expressamente previstos em um único dispositivo legal, encontram sólido fundamento na legislação e na doutrina.

A ausência de um artigo legal específico que consagre os princípios da independência e da publicidade na perícia criminal pode ser justificada pela sua natureza intrínseca. Esses princípios decorrem da própria atividade pericial, que exige a atuação do perito de forma autônoma e transparente, a fim de garantir a credibilidade dos resultados. Ao longo dos anos, a doutrina e a jurisprudência têm consolidado esses princípios como essenciais para a validade da prova pericial, conferindo-lhes status de verdadeiros alicerces do sistema probatório.

Embora não haja uma norma isolada que consagre os princípios em questão, diversos dispositivos legais contribuem para a sua efetivação.

- Artigo 159 do Código de Processo Penal (CPP): Ao determinar que os exames periciais serão realizados por peritos oficiais, a lei já pressupõe a independência e a imparcialidade do perito, que deve atuar de forma objetiva e imparcial na análise dos fatos.
- Artigo 161 do CPP: Ao garantir às partes o direito de indicar assistentes técnicos e apresentar quesitos, o CPP assegura a publicidade dos atos periciais e o controle do contraditório, permitindo que as partes acompanhem a produção da prova e exerçam o seu direito de defesa.
- Constituição Federal: Os princípios da publicidade e do contraditório, consagrados na Constituição Federal, aplicam-se também ao processo penal e, por extensão, à atividade pericial. O artigo 5º, LV, da Constituição, ao garantir o contraditório e a

ampla defesa, assegura às partes o direito de participar ativamente da produção da prova pericial.

Em suma, os princípios da independência e da publicidade, embora não estejam expressamente previstos em um único dispositivo legal, encontram sólido fundamento na legislação e na doutrina. Esses princípios são essenciais para garantir a imparcialidade e a credibilidade da prova pericial, contribuindo para a justa aplicação da lei.

5 BASE CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL DA PROVA PERICIAL

Conforme Greco (2015) “no processo penal, de regra, as perícias devem ser realizadas por peritos oficiais, do órgão público existente para esse fim, entre os quais os Institutos de Criminalística”. A perícia, enquanto instrumento fundamental para a elucidação dos fatos em processos judiciais, encontra seu alicerce tanto na Constituição Federal quanto no Código de Processo Penal (CPP). A interação entre esses dois diplomas legais garante que a perícia seja realizada de forma imparcial, técnica e científica, contribuindo para a justa aplicação da lei, cujas bases podem ser constitucionais e infraconstitucionais.

A Constituição Federal estabelece os princípios gerais que regem a atividade pericial, enquanto o Código de Processo Penal detalha os procedimentos a serem seguidos na prática. A interação entre essas duas normas jurídicas garante que a perícia seja realizada de forma justa, imparcial e técnica, contribuindo para a formação da convicção do juiz e para a correta aplicação da lei.

As fontes de interpretação da perícia são diversas e se entrelaçam para proporcionar um entendimento completo e atualizado sobre a matéria.

Em primeiro lugar, a Constituição Federal representa o marco legal fundamental, estabelecendo os princípios gerais que norteiam toda a atividade jurisdicional, incluindo a perícia. A garantia do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LV), por exemplo, assegura às partes o direito de participar ativamente da produção da prova pericial.

Além disso, o princípio da igualdade (art. 5º) garante que todos os litigantes tenham acesso a uma perícia imparcial e técnica.

Em segundo lugar, o Código de Processo Penal (CPP) detalha os procedimentos específicos para a realização da perícia, desde a nomeação dos peritos até a emissão do laudo. Artigos como o 158, 159 e 161 do CPP tratam, respectivamente, da nomeação dos peritos, do número de peritos e do direito das partes de indicar assistentes técnicos. Esses dispositivos, em conjunto com a Constituição, formam a base legal para a prática pericial.

Além da legislação, a doutrina jurídica desempenha um papel crucial na interpretação da perícia. Os doutrinadores, por meio de suas obras e artigos, analisam a legislação, a jurisprudência e a prática forense, oferecendo subsídios para a compreensão e aplicação das normas. A doutrina contribui para a evolução do direito, adaptando os conceitos jurídicos às novas realidades sociais e tecnológicas.

A jurisprudência também é uma fonte importante de interpretação da perícia. As decisões dos tribunais, ao aplicarem as normas legais aos casos concretos, consolidam entendimentos e criam precedentes que orientam a atuação dos operadores do direito. A análise da jurisprudência permite identificar tendências interpretativas e as melhores práticas na área da perícia.

Por fim, os tratados e convenções internacionais podem influenciar a interpretação da perícia, especialmente em casos com dimensão internacional. Esses instrumentos normativos podem estabelecer padrões mínimos de qualidade para a perícia, garantindo a sua imparcialidade e a sua credibilidade.

Em suma, a interpretação da perícia exige uma análise integrada de diversas fontes, tais como a Constituição Federal, o Código de Processo Penal, a doutrina jurídica, a jurisprudência e os tratados internacionais. Essa abordagem interdisciplinar permite uma compreensão mais completa e atualizada da matéria, garantindo a aplicação justa e eficaz da lei.

6 PERÍCIA NA VALORAÇÃO DA DECISÃO JUDICIAL COMO GARANTIA CONSTITUCIONAL

A Perícia, enquanto meio de prova técnico-científica, permite a produção de provas baseadas em conhecimentos especializados e contribui significativamente para a formação da convicção do juiz, e conseqüentemente, para a justiça na decisão. Observa-se que o julgamento possui um papel fundamental na garantia da aplicação dos direitos do cidadão respeitados pelo juízo em questão.

A Constituição Federal, em seu artigo 5º, assegura o contraditório, a ampla defesa, a igualdade e o devido processo legal. Esses princípios, ao garantirem um processo justo e equânime, encontram na perícia um instrumento eficaz para sua concretização. Sendo assim, perícia desempenha um papel crucial na formação da convicção do juiz, uma vez que permite a análise de fatos com base em conhecimentos técnicos e científicos. (Silva, 2013)

O artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal, ao garantir o contraditório e a ampla defesa, possibilita às partes a apresentação de seus próprios peritos e a impugnação dos laudos adversos. Essa garantia assegura que todas as partes tenham a oportunidade de apresentar suas versões dos fatos e de contestar as provas apresentadas pela parte adversa. A perícia, nesse contexto, se configura como um instrumento de contraditório, permitindo que as partes confrontem suas versões dos fatos com base em evidências técnicas.

O princípio da igualdade, consagrado no caput do artigo 5º da Constituição Federal, garante que todas as partes tenham acesso às mesmas oportunidades de produzir provas. A perícia, nesse contexto, representa um instrumento fundamental para garantir a igualdade processual, pois permite que todas as partes tenham acesso a meios técnicos e científicos para comprovar seus argumentos. Como bem ressalta Silva (2013) em sua obra *Direito Processual Penal*, "a perícia, ao garantir a produção de provas técnicas e científicas, contribui para a correta aplicação da lei e para a proteção dos direitos fundamentais". Essa afirmação evidencia a importância da perícia como meio de prova para a construção de uma decisão judicial fundamentada e justa, assegurando a igualdade processual.

O devido processo legal, embora não mencionado explicitamente no inciso que trata da perícia, encontra-se implícito no conjunto de garantias constitucionais. Ao garantir um processo justo e equânime, o devido processo legal exige que o juiz forme sua convicção com base em provas produzidas de forma regular e imparcial. A perícia, nesse sentido, contribui para a formação de uma convicção judicial baseada em fatos, fortalecendo a garantia do devido processo legal.

Além da Constituição Federal, o Código de Processo Penal (CPP) dedica diversos artigos à regulamentação da perícia, como os artigos 158 a 182. Essas normas estabelecem as regras para a realização da perícia, a nomeação dos peritos, a elaboração do laudo pericial e a sua utilização no processo.

É importante destacar que a interpretação das normas sobre perícia deve ser feita em conjunto com a doutrina e a jurisprudência, que oferecem subsídios para a compreensão da aplicação prática dos princípios constitucionais à perícia. A doutrina, por exemplo, aprofunda o estudo dos fundamentos teóricos da perícia, enquanto a jurisprudência apresenta exemplos concretos de como os tribunais têm aplicado as normas sobre perícia em casos específicos.

7 A PERÍCIA COMO INSTRUMENTO PROBATÓRIO

A perícia criminal é um instrumento essencial no processo penal contemporâneo, desempenhando um papel fundamental na elucidação de crimes que exigem conhecimentos técnicos especializado, por parte do perito. Seja em homicídios, crimes contra o patrimônio ou contra a honra, a análise de provas materiais, como vestígios de DNA, impressões digitais e armas de fogo, é indispensável para a formação da convicção do juiz e a correta aplicação da lei penal. (Jeffreys, 1985).

O papel do perito criminal é fundamental nesse contexto, sendo um, profissional habilitado em determinada área do conhecimento, coleta, examina e interpreta as provas, elaborando um laudo técnico que descreve os procedimentos realizados, os resultados obtidos e as conclusões a que chegou. Esse laudo, por sua vez, exerce um peso considerável na decisão judicial, uma vez que fornece ao juiz informações técnicas e científicas que podem ser determinantes para a condenação ou absolvição do acusado.

O laudo pericial conforme artigo 473 do Novo Código de Processo Civil (CPC) orienta como deve ser um laudo pericial orienta como sendo um documento técnico deve ser claro, objetivo e conciso, apresentando de forma detalhada os métodos utilizados e os resultados obtidos. A importância do laudo reside no fato de que ele serve como base para a formação da convicção do juiz, que, com base nas informações contidas no laudo, poderá tomar uma decisão mais justa e fundamentada. É importante ressaltar que o laudo pericial não é uma verdade absoluta e pode ser objeto de impugnação pelas partes. A possibilidade de impugnação do laudo garante o contraditório e a ampla defesa, permitindo que as partes apresentem seus próprios argumentos e evidências. No entanto, a impugnação deve ser fundamentada em argumentos técnicos e científicos, não se admitindo alegações genéricas ou sem embasamento.

A análise da perícia pelo juiz é um dos momentos cruciais do processo penal. É nesse momento que o magistrado, com base em seu conhecimento jurídico e na avaliação técnica do laudo pericial, decide se aceita ou rejeita as conclusões do perito, incorporando-as ou não à sua convicção final, conforme art. 155: “O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas”

O laudo pericial, peça fundamental no processo penal, encontra no juiz o seu principal avaliador. A este compete analisar criteriosamente sua validade e relevância, considerando uma série de fatores interligados. Dentre eles, destaca-se a conformidade com a legislação processual, a qualidade técnica do exame e a qualificação do perito. A observância desses critérios é imprescindível para que o laudo se constitua em uma prova segura e justa, em consonância com os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Além disso, a imparcialidade do perito é outro elemento crucial a ser considerado. O profissional deve buscar a verdade dos fatos de forma objetiva, sem se deixar influenciar por interesses das partes envolvidas. Essa imparcialidade é essencial para garantir a credibilidade do laudo e sua utilização como prova no processo

Por fim, o juiz deve analisar a relação entre o laudo pericial e as demais provas produzidas no processo. O laudo não deve ser analisado de forma isolada, mas sim em

conjunto com os demais elementos probatórios, a fim de se formar uma convicção global sobre os fatos.

Desta forma ele deve ser elaborado com rigor técnico, em conformidade com a legislação e de forma imparcial. Ao atender a esses requisitos, a perícia contribui significativamente para a elucidação dos fatos e para a correta aplicação da lei.

É importante ressaltar que o juiz não está obrigado a aceitar integralmente as conclusões do laudo pericial. O artigo 182 do Código de Processo Penal (CPP) dispõe que o juiz pode aceitar ou rejeitar o laudo, no todo ou em parte;

- falta de fundamentação técnica: Se o laudo não apresentar uma fundamentação técnica consistente, o juiz pode rejeitá-lo;
- Contradição com outras provas: Se as conclusões do laudo forem contraditórias com outras provas produzidas no processo, o juiz poderá rejeitá-las ou atribuir-lhes menor valor;
- Dúvidas quanto à imparcialidade do perito: Se houver dúvidas quanto à imparcialidade do perito, o juiz poderá determinar a realização de nova perícia;
- Incompletude do laudo: Se o laudo for incompleto ou não responder a todas as questões apresentadas, o juiz poderá determinar a realização de um exame complementar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perícia, enquanto meio de prova técnico-científica, desempenha um papel fundamental na formação da convicção do juiz no processo penal. Ao fornecer subsídios técnicos e científicos para a compreensão de fatos complexos, ela auxilia o magistrado a tomar decisões mais justas e fundamentadas. A Constituição Federal, ao garantir o contraditório, a ampla defesa, a igualdade e o devido processo legal, implicitamente reconhece a importância da perícia como instrumento de busca pela verdade.

No entanto, é preciso ressaltar que a decisão judicial não se subordina de forma absoluta à prova pericial. O juiz, como intérprete da lei, possui a autonomia para valorar as provas, inclusive a pericial, em conjunto com os demais elementos probatórios do

processo. A liberdade do juiz, consagrada no princípio da livre convicção motivada, permite que o magistrado, após analisar todas as provas, forme sua própria convicção sobre os fatos, mesmo que o laudo pericial aponte para uma conclusão diferente.

Em suma, a perícia é um instrumento valioso para a formação da convicção do juiz, mas não possui um caráter absoluto. O juiz, ao exercer sua função jurisdicional, deve analisar todas as provas produzidas no processo, inclusive a pericial, e, com base em sua livre convicção, motivada pelos elementos probatórios, proferir a decisão mais justa e adequada ao caso concreto. A perícia, portanto, deve ser vista como um elemento de convencimento, mas não como uma verdade absoluta, cabendo ao juiz a tarefa de interpretar e valorar todas as provas para chegar a uma conclusão justa e equânime.

REFERÊNCIAS

- ALBERTO, Valder Luiz Palombo. **Perícia Contábil**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.
- BRASIL. **Código de Processo Penal**. Decreto-Lei nº 3.869, de 3 de dezembro de 1941.
- BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Perícia criminal para magistrados** [recurso eletrônico] / Conselho Nacional de Justiça, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Fórum Brasileiro de Segurança Pública ; coordenação de Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi ... [et al.]. Brasília : Conselho Nacional de Justiça, 2022. Acesso in 05 de nov. , 2024
- BORGES, Guilherme Roman. O direito constitutivo: um resgate greco-clássico do Nóminon Éthos como Eutaksía Nómini e Dikastikí Áskisis. 2011. Tese (Filosofia do Direito-Faculdade de Direito. Universidade Federal de São Paulo.2011
- CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2010
- _____. **Curso de Processo Penal**. 19ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2012
- DEZEM, Guilherme Madeira. **Da prova penal**. São Paulo: Millennium, 2008.
- DOREA, Luiz Eduardo carvalho. STUMVOLL, Victor Paulo. QUINTELA, Victor. Organizador: Domingos Tocchetto. **Criminalística**. 4ª Ed. Campinas: Millennium Editora, 2010, p. 05.
- FRANÇA, Júnia Lessa et al. **Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas**. 6.ed. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- GRECO, Rogério. **Curso de Direito Processual Penal**. 61. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 20.
- JEFFREYS, A. J.; WILSON, V.; THEWALL, S. **DNA fingerprinting: a novel approach to the identification of individuals**. Nature, v. 314, n. 6010, p. 67-73, 1985
- MANZANO, Luíz Fernando de Moraes. **Prova Pericial: admissibilidade e assunção da prova científica e técnica no processo brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2011, p.08.
- NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código de Processo Penal Comentado**. 18. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

NUCCI, G. S. **Código de processo penal comentado**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. 1214 p.

OLIVEIRA, Flávio Cardoso de. **Direito Processual Penal**. 6.ed. São Paulo:Saraiva, 2012.

RANGEL, Paulo. **Direito Processo Penal**. 21 Ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 456.

SILVA, Luiz Cláudio; SILVA, Franklyn Roger Alves. Manual de Processo e Prática Penal .6.ed.rev.atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense , 2013

THEODORO JR., Humberto. Curso de direito processual civil. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

Polícia Científica. Tipos de . Acesso em 28 set. 2024.Perícia do Instituto de Criminalística. Disponível em: <https://policiacientifica.al.gov.br/instituto-de-criminalistica/tipos-de-pericia>.